



TURISMO NO LITORAL VERSUS TURISMO NO INTERIOR PORTUGUÊS. O DESTINO TURÍSTICO SERRA DA ESTRELA

Margarida Maria Fidalgo Costa Vaz¹ - Professora Auxiliar - Departamento de Gestão e Economia

Universidade da Beira Interior - E-mail: mvaz@ubi.pt

Anabela do Rosário Leitão Dinis - Professora Auxiliar - Departamento de Gestão e Economia

Universidade da Beira Interior - E-mail: adinis@ubi.pt

RESUMO:

O presente artigo² pretende enquadrar o destino Serra da Estrela no contexto dos destinos turísticos do interior, identificando os seus concorrentes directos e os que podem complementar a sua oferta turística.

Conclui-se que há indícios de alteração da dinâmica turística nacional, com as zonas do interior a crescerem mais rapidamente que as zonas do litoral. A Serra da Estrela teria a ganhar se conseguisse ter como aliados o Douro (que apresenta uma maior dinâmica de crescimento) e o Alentejo Central (o destino mais estabelecido ao nível dos destinos do interior), e se conseguisse aumentar o seu perfil competitivo para concorrer com Trás-os-Montes, que apresenta argumentos competitivos semelhantes (destino rural e de montanha).

Palavras-chave: destinos turísticos do litoral, destinos turísticos do interior, vantagens comparativas, vantagens competitivas.

ABSTRACT:

This article looks at the Serra da Estrela mountain range as a tourist destination in the context of the inland Portuguese tourist destinations, identifying its direct competitors as well those that complement its tourism offer. We note the changes in national tourist dynamics, with the inland regions growing at a faster rate than the coastal ones. As a tourist destination the Serra da Estrela could benefit from having the Douro (whose growth is greater) and the Central Alentejo regions (the more established inland destination) as allies. Furthermore, the Serra da Estrela needs to increase its competitive profile to compete with the Trás-os-Montes region, which presents similar competitive arguments (rural and mountain destination).

Keywords: coastal tourist destinations, inland tourist destinations, comparative advantages, competitive advantages.

¹ Autora a contactar para correspondência da Revista

² Baseado num estudo efectuado aquando da elaboração do PETUR-Plano Estratégico de Turismo para a Serra da Estrela, finalizado em 2006, e de cuja equipa técnica as autoras fizeram parte.

1. INTRODUÇÃO

O facto de um destino turístico possuir muitos recursos não significa necessariamente que ele seja mais competitivo do que outro que, sendo mais pobre em recursos, os sabe usar de um modo mais eficiente. Tal significa que a competitividade de um destino exige considerar os elementos básicos das suas vantagens comparativas (que reflectem a disponibilidade de recursos do destino) para além dos factores que constituem as suas vantagens competitivas (as que reflectem a capacidade do destino em mobilizar os recursos de um modo eficiente ao longo do tempo) (Ritchie *et al.*, 2003; Kozak, 2003).

De acordo com Ritchie *et al.* (2003) nenhum destino compartilha com outro o mesmo perfil competitivo porque cada destino tem o seu próprio mix de tradições, valores, objectivos e estilos que lhe dão características próprias. Ainda de acordo com os mesmos autores (*op.cit.*, 2003) existe uma outra particularidade que decorre da própria natureza do turismo e que pode determinar uma diferente relação concorrencial entre os destinos: a sua relativa proximidade geográfica, bem como dos seus mercados, pode permitir-lhes integrar a sua oferta num mesmo pacote turístico ou, então, os seus esforços de marketing conjunto podem expandir a dimensão do mercado na medida em que, isolados, poderiam não conseguir uma tão grande procura.

Um destino turístico pode ter vantagens que o alinhem mais no sentido da satisfação das necessidades de um segmento de mercado (p.e. turismo da natureza) do que de outro (p.e. turismo cultural), ou poderá até ter recursos que permitam satisfazer um maior leque de segmentos de mercado. Quando dois destinos turísticos concorrem no mesmo segmento de mercado estão em concorrência directa. Daqui decorre a

necessidade de um destino turístico identificar as relações competitivas e complementares mais significativas para cada segmento de mercado, de modo a tornar claro quem são os seus concorrentes directos e quem é que complementa a sua oferta, tendo em conta o perfil competitivo requerido para cada segmento de mercado. É nesta perspectiva que se enquadra a análise que se segue, que persegue um duplo objectivo: (1) analisar as diferentes dinâmicas do turismo do litoral e do interior de Portugal e (2) posicionar o destino Serra da Estrela no contexto de destinos turísticos considerados como seus concorrentes directos – os destinos do interior.

2. OS DESTINOS INTERNOS ESTUDADOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

No âmbito deste estudo e para proceder à comparação de destinos, seleccionaram-se cinco NUT II: Madeira, Algarve, Norte, Centro e Alentejo. As duas primeiras – Madeira e Algarve – pela sua importância no panorama turístico nacional; a zona Centro, porque é onde se inclui a região da Serra da Estrela e as restantes duas NUT por, tal como esta, apresentarem uma marcada dicotomia Litoral-Interior, permitindo assim, uma análise que distingue estas duas realidades. Consideraram-se o Algarve e a Madeira³, bem como as zonas litorais do Norte, Centro e do Alentejo, concorrentes indirectos do turismo da Serra da Estrela, dado que actuam essencialmente no segmento de mercado sol e mar. A competir no mesmo segmento de mercado e, por isso entendidos como concorrentes directos, o interior das zonas Norte, Centro e Alentejo (ver Quadro 1 - Regiões sob análise: litoral versus interior). Na análise que se segue estes dois grupos serão denominados, respectivamente, “Litoral” e “Interior”.

³ De acordo com um estudo sobre a imagem externa da Madeira realizado pela Neoturis-Consultoria em Turismo para a Direcção Regional de Turismo da Madeira, aquela ilha está essencialmente associada aos produtos sol e mar, sendo a natureza a segunda motivação turística com maior peso (Neoturis 2005).

QUADRO 1

Regiões sob análise: litoral versus interior⁴

Destinos do Litoral			Destinos do Interior		
Regiões	Agrupamentos NUTS III	Peso dos hóspedes no total nacional	Regiões	Agrupamentos NUTS III	Peso dos hóspedes no total nacional
Madeira	Total	7,9%	Norte Interior	Douro	2,9%
Algarve	Total	23,4%		Alto Trás-os-Montes	
Norte Litoral	Minho-Lima	14,6%	Centro Interior	Pinhal Interior Norte	4,5%
	Cávado			Dão-Lafões	
	Ave			Pinhal Interior Sul	
	Grande Porto			Serra da Estrela	
	Tâmega			Beira Interior Norte	
Entre Douro e Vouga	Beira Interior Sul				
Centro Litoral	Baixo Vouga	5,8%	Alentejo Interior	Cova da Beira	4,0%
	Baixo Mondego			Alto Alentejo	
	Pinhal Litoral			Alentejo Central	
Alentejo Litoral	Alentejo Litoral	1,2%		Baixo Alentejo	

QUADRO 2

Destino Serra da Estrela versus destinos concorrentes

Destino Serra Estrela	Destinos concorrentes (directos) da Serra Estrela
Inclui:	Douro
Serra da Estrela	Trás-os-Montes
Beira Interior Norte	Alto Alentejo
Cova da Beira	Alentejo Central

Considerou-se ainda importante, num exercício de *benchmarking*, comparar entre si as subregiões que se consideraram como concorrentes directas do destino Serra da Estrela, nomeadamente o Douro, Trás-os-Montes, Alto Alentejo e Alentejo Central. Repare-se que são essencialmente os aspectos naturais e

culturais destas regiões do interior que constituem a base da sua oferta turística e a motivação de quem os procura, enquanto destinos (ver Quadro 2).

⁴ Esta divisão agrupa as regiões NUT III do Norte, do Centro e do Alentejo de acordo com a sua localização no litoral (ou na sua área de influência) e no interior, à semelhança de outros estudos, nomeadamente os desenvolvidos por Cepeda, Fernandes e Monte (2001) e Fernandes, Monte e Castro (2003) no que respeita ao Norte de Portugal.

Em virtude de ter havido alterações, quer na composição de algumas NUT, quer no modo de apuramento de alguns indicadores estatísticos do turismo por parte do INE a partir de 2002 – factos que inviabilizam comparações com anos anteriores – optou-se por estabelecer dois tipos de análise:

- Um que se centra na evolução ocorrida ao nível de vários indicadores entre o período entre 1996 e 2001 para todas as várias regiões (Litoral vs Interior) e sub-regiões;

- Outro que se centra apenas no ano 2002 (últimos dados disponíveis no INE à data de realização do estudo) relativo à actividade turística do destino Serra da Estrela comparativamente aos destinos definidos como concorrentes (sub-regiões).⁵

Os indicadores utilizados reflectem um conjunto de aspectos referentes à oferta e à procura turística, bem como ao impacto da actividade no destino turístico (ver Quadro 3).

QUADRO 3
Indicadores da actividade turística analisados

Indicadores	1996-2001	2002
	Regiões e sub-regiões	Sub-regiões
1. Ao nível da Oferta		
Número e capacidade de alojamento hoteleiros	X	X
Taxa de ocupação hoteleira	X	X
Tipos de estabelecimento hoteleiro		X
Proveitos por aposento		X
TER		X
Emprego (hotelaria e restauração)	X	
VAB (hotelaria e restauração)	X	
Produtividade (hotelaria e restauração)	X	
2. Ao nível da Procura		
Número de hóspedes	X	X
Número de Dormidas	X	X
Estadia média	X	X
País de origem dos hóspedes	X	X
3. Ao nível da Região enquanto destino Turístico		
Índice de Preferência	X	
Índice de Saturação Turística	X	

⁵ Note-se que alguns dos indicadores considerados no nível de análise anterior foram excluídos dado não haver informação disponível. A este nível de análise, foi ainda estudada a situação dos estabelecimentos de TER uma vez que para as regiões sob análise não existe informação anterior disponível.

3. AS DINÂMICAS DOS DIFERENTES DESTINOS TURÍSTICOS (1996-2001)

3.1 OFERTA DE ALOJAMENTO

3.1.1 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, CAPACIDADE DE ALOJAMENTO E TAXA DE OCUPAÇÃO

O quadro seguinte (Quadro 4) resume a evolução do número de estabelecimentos de hotelaria registados entre 1996 e 2001, entendendo-se como estabelecimentos de hotelaria, segundo o INE, os hotéis, pensões, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, motéis, pousadas e estalagens.

A concentração da maioria dos **estabelecimentos** hoteleiros junto ao litoral é reveladora do tipo de dependência que tem caracterizado a oferta turística (sol e mar) ao longo do tempo, em que o Algarve tem sido o grande protagonista. No entanto, é de notar que, pese embora o número reduzido dos estabelecimentos nas zonas do Interior, estes têm

vindo a registar consideráveis taxas médias anuais de crescimento, globalmente superiores às do litoral (excepção para a Madeira e Alentejo Litoral). O ritmo de aumento do número de estabelecimentos de hotelaria em quase todo o Interior pode ser visto como sinal quer da saturação de alguns destinos tradicionais, quer de alterações nas motivações turísticas.

No conjunto dos destinos definidos como concorrentes directos, a Serra da Estrela aparece como o segundo destino em termos de número de unidades de alojamento, logo a seguir a Trás-os-Montes, pese embora o facto de ainda não estar contemplado o enorme boom de oferta de alojamento posterior a 2002. É no entanto de registar, a dinâmica de crescimento das restantes sub-regiões, nomeadamente do Douro, Alentejo Central e Alto Alentejo, o que, em consonância com a perda relativa no litoral, pode ser entendido como indicador da alteração anunciada nas preferências dos turistas e/ou como uma aposta no turismo por parte destas regiões.

QUADRO 4
Estabelecimentos Hoteleiros e taxa de variação 1996-2001

	Nº Estabelecimentos Hotelaria						Taxa Variação Média Anual ⁶
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	1996-2001
Madeira	132	141	148	153	195	176	5,90%
Algarve	379	385	384	388	392	384	0,26%
Norte Litoral	302	302	302	307	301	300	-0,13%
Centro Litoral	171	174	166	165	163	153	-2,20%
Alentejo Litoral	29	33	33	33	33	34	3,23%
Total Litoral	1013	1035	1033	1046	1084	1047	0,66%
Norte Interior	81	88	88	88	92	92	2,58%
Centro Interior	103	103	101	99	101	101	-0,39%
Alentejo Interior	63	70	67	69	72	70	2,13%
Total Interior	247	261	256	256	265	263	1,26%
Sub-Regiões							
Douro	27	30	30	32	35	34	4,72%
Trás-os-Montes	54	58	58	56	57	58	1,44%
Alto Alentejo	23	27	26	26	27	27	3,26%
Alentejo Central	23	25	25	26	29	28	4,01%
Destino Serra Estrela	35	34	33	36	37	35	0%

Fonte: Elaborado a partir de dados do INE (2002)

⁶ Calculada pela formula $\left(\sqrt[3]{\frac{X_{2001}}{X_{1996}}} - 1\right) * 100$

Quanto à **capacidade de alojamento**, é também no litoral que se concentra maior número de camas⁷, novamente com destaque para o Algarve (ver Quadro 5):

Repare-se que no caso do Norte Litoral e do Algarve, apesar de estarem a perder alguns estabelecimentos ou a ver o seu número crescer pouco, a sua capacidade de alojamento tem vindo a aumentar, o que leva a crer que tem vindo a aumentar a dimensão dos novos e/ou dos estabelecimentos já existentes. Porém, as maiores taxas médias anuais de aumento da capacidade de alojamento têm-se verificado na Madeira e nas zonas do Norte e Alentejo Interior, reflectindo o aumento do investimento em mais unidades de alojamento.

Ao nível das sub-regiões, a Serra da Estrela, em consonância com o número de estabelecimentos, surge como o 2º destino com maior capacidade de alojamento, mas é também a sub-região com menor taxa de crescimento deste indicador. Do conjunto, destaca-se claramente o Douro, com uma taxa de crescimento média anual superior a qualquer outra região e sub-região considerada.

Não estando disponível no INE a **taxa de ocupação** dos estabelecimentos para os vários anos e para todas as regiões analisadas, procedeu-se ao seu cálculo com base na seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de Ocupação Cama} = \frac{n^{\circ} \text{ dormidas ano}}{n^{\circ} \text{ camas} \times 365 \text{ dias}} \times 100 \quad (1)$$

QUADRO 5
Capacidade de alojamento e taxa de variação 1996-2001

	Capacidade alojamento (Nº camas)						Taxa Variação Média Anual 1996-2001
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Madeira	17879	18878	19524	20156	24183	26532	8,20%
Algarve	84139	84581	85096	85098	85738	86751	0,60%
Norte Litoral	22107	22552	22552	23013	23087	23746	1,40%
Centro Litoral	12868	11147	12965	12446	10377	12209	-1,05%
Alentejo Litoral	3156	3264	3466	3205	2935	3008	0,96%
Total Litoral	140149	140422	143603	143918	146320	152246	1,67%
Norte Interior	4382	5154	5154	5472	5800	5777	5,68%
Centro Interior	7644	7795	8088	7235	7784	7890	0,64%
Alentejo Interior	3855	921	4107	872	856	4310	2,26%
Total Interior	15881	13870	17349	13579	14440	17977	2,51%
Sub-Regiões							
Douro	1387	1921	1921	2157	2341	2276	10,41%
Trás-os-Montes	2995	3233	3233	3315	3459	3501	3,17%
Alto Alentejo	1286	1 470	1402	1 431	1 490	1454	2,49%
Alentejo Central	1683	2 005	1924	2 005	2 158	2059	4,12%
Destino Serra Estrela	2376	2253	2420	2484	2599	2623	2,00%

⁷ Porque é também aí que se encontra o maior número de unidades de alojamento.

No conjunto das regiões analisadas (ver Quadro 6) verifica-se que a Madeira é a única que viu diminuir a sua taxa de ocupação-cama, facto que associado ao aumento substancial da sua capacidade de alojamento significa que esse aumento não foi ainda compensado pelo número de dormidas. Já o Algarve (cuja capacidade de alojamento pouco aumentou) e o Centro Litoral (que viu a sua capacidade de alojamento diminuir) registam aumentos das taxas de ocupação, o que indica que o número de dormidas nas respectivas regiões não terá diminuído.

Note-se que o maior aumento médio anual da taxa de ocupação no Centro Litoral é reflexo da diminuição da oferta hoteleira (expressa pela redução do seu número de estabelecimentos e da capacidade de alojamento). Pelo contrário, o aumento médio anual da taxa de ocupação no Alentejo Interior traduz um aumento efectivo da procura turística – pelo número de hóspedes e/ou pelo seu tempo de permanência – uma vez que é acompanhado por uma subida do número de estabelecimentos e da capacidade de alojamento.

No conjunto dos destinos considerados como concorrentes directos da Serra da Estrela, o Alentejo Central e o Alto Alentejo, registam as maiores taxas de ocupação-cama. Contudo, foi o Douro que mais rapidamente viu crescer a sua taxa de ocupação, facto que associado ao aumento da capacidade de alojamento traduz um aumento substancial da sua procura turística. Trás-os-Montes, que detém o maior número de estabelecimentos e a maior capacidade de alojamento, é o que tem menor taxa de ocupação e que pouco ou nada tem evoluído em termos de dormidas.

3.1.2 EMPREGO, VAB E PRODUTIVIDADE

Os valores relativos ao emprego entre 1996 e 2001 (Quadro 7)⁸, evidenciam um aumento em todas as regiões sob análise, o que é revelador da maior importância do sector turismo na absorção do crescente desemprego industrial, particularmente

QUADRO 6
Taxa de ocupação e taxa de variação 1996-2001

	Taxa de ocupação - cama						Taxa Variação Média Anual 1996-2001
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Madeira	60,5%	59,1%	60,5%	62,6%	54,1%	54,1%	-2,2%
Algarve	40,3%	41,7%	42,7%	45,1%	45,0%	42,4%	1,0%
Norte Litoral	27,6%	28,3%	27,4%	26,8%	30,2%	29,6%	1,4%
Centro Litoral	21,7%	25,0%	25,3%	26,8%	32,5%	27,6%	4,9%
Alentejo Litoral	25,7%	24,8%	23,4%	19,2%	24,7%	28,6%	2,2%
Total Litoral	38,8%	40,2%	40,7%	42,4%	42,9%	41,0%	
Norte Interior	20,2%	17,7%	18,4%	17,3%	22,2%	22,6%	2,3%
Centro Interior	22,5%	22,0%	22,7%	27,7%	27,1%	26,8%	3,6%
Alentejo Interior	31,0%	129,7%	29,1%	175,2%	185,8%	37,1%	3,7%
Total Interior	23,9%	27,6%	22,9%	33,0%	34,6%	27,9%	
Sub-Regiões							
Douro	23,4%	19,6%	20,6%	18,4%	26,0%	28,1%	3,7%
Trás-os-Montes	18,7%	16,6%	17,1%	16,6%	19,7%	19,1%	0,4%
Alto Alentejo	30,0%	26,2%	27,5%	36,3%	32,3%	35,0%	3,1%
Alentejo Central	35,3%	29,6%	30,9%	37,6%	39,3%	40,3%	2,7%
Destino Serra Estrela	24,3%	25,6%	26,7%	26,8%	27,6%	27,4%	2,4%

Fonte: Elaborado a partir de dados do INE (2002)

⁸ Os valores relativos ao emprego referem-se apenas aos sectores da hotelaria e da restauração, dada a indisponibilidade de dados, a um nível mais desagregado, publicados pelo INE.

QUADRO 7

Evolução do emprego na hotelaria e restauração e taxa de variação 1996-2001

	Evolução do Emprego na Hotelaria e Restauração (10*3 pessoas)						Taxa Variação Média Anual 1996-2001
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Madeira	7,3	7,9	8,2	8,6	8,8	9,1	4,50%
Algarve	18,3	19,9	20,3	21,1	22,2	23,1	4,80%
Norte Litoral	42,4	44,7	47,5	49,7	52	54	5,00%
Centro Litoral	13,7	14,6	16,6	17,2	16,9	17,2	4,70%
Alentejo Litoral	2,8	2,9	3	3	3,1	3,2	2,70%
Total Litoral	84,5	90	95,6	99,6	103	106,6	4,80%
Norte Interior	6,5	7	7,5	8,1	8,4	8,5	5,50%
Centro Interior	10,4	11,3	12,7	13,7	13,5	13,7	5,70%
Alentejo Interior	6,8	7,3	7,8	8,2	8,4	8,9	5,50%
Total Interior	23,7	25,6	28	30	30,3	31,1	5,60%
Sub-Regiões							
Douro	2,9	3,1	3,4	3,7	3,9	3,9	6,10%
Trás-os-Montes	3,6	3,8	4,1	4,4	4,6	4,6	5,00%
Alto Alentejo	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6	2,7	4,20%
Alentejo Central	2,5	2,8	3,1	3,3	3,4	3,6	7,60%
Destino Serra Estrela	3,6	4	4,5	4,7	4,5	4,6	5,00%

Fonte: Elaborado a partir de dados do INE (2002)

o Norte Litoral que, em termos absolutos, emprega um maior número de pessoas (mais de metade do litoral).

Com excepção do Alentejo Litoral – onde é bastante menor - a dinâmica de **emprego**⁹ é semelhante em todos os destinos, mas ligeiramente melhor nos destinos de interior, o que reforça a ideia do peso crescente do sector turístico nestas regiões e a provável tendência de alteração nas preferências turísticas anteriormente identificada.

Reflectindo a sua posição de liderança em termos de número de estabelecimentos e na capacidade de alojamento, as sub-regiões de Trás-os-Montes e da Serra da Estrela são os destinos que empregam um

maior número de pessoas. Mas são as sub-regiões do Douro e do Alentejo Central que apresentam maior dinâmica de crescimento.

Os valores do **VAB** a seguir apresentados (Quadro 8) referem-se à hotelaria e restauração. Em todas as regiões o sector turístico tem vindo a contribuir de um modo crescente para o VAB regional, ou seja, tem contribuído para o aumento da criação de riqueza (a preços de 1995). O Algarve e o Norte Litoral serão os destinos que mais contribuem em valores absolutos para o VAB nacional, mas é o Alentejo Litoral, a Madeira e o Alentejo Interior que se revelam com dinâmica superior.

⁹ Medida pela taxa de crescimento média anual.

QUADRO 8

Evolução do VAB na hotelaria e restauração e taxa de variação 1996-2001

	Evolução do VAB na Hotelaria e Restauração (10*6 EUROS) (preços 1995)						Taxa Variação Média Anual 1996-2001
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Madeira	151	175	184	191	191	206	6,40%
Algarve	337	364	383	398	404	428	4,90%
Norte Litoral	292	316	336	351	351	355	4,00%
Centro Litoral	111	117	123	129	125	128	2,90%
Alentejo Litoral	15	17	19	19	19	21	7,00%
Total Litoral	906	989	1045	1088	1091	1137	4,70%
Norte Interior	32	34	37	39	40	40	4,60%
Centro Interior	77	81	85	89	89	93	3,90%
Alentejo Interior	43	48	50	52	51	56	5,40%
Total Interior	152	163	172	180	181	189	4,50%
Sub-Regiões							
Douro	15	16	18	19	19	19	4,80%
Trás-os-Montes	17	18	19	20	21	21	4,30%
Alto Alentejo	15	17	18	19	18	20	5,90%
Alentejo Central	15	18	18	19	18	20	5,90%
Destino Serra Estrela	26	28	29	30	30	30	2,90%

Fonte: Elaborado a partir de dados do INE (2002)

Ao nível das sub-regiões, note-se que é o destino Serra da Estrela que apresenta um valor mais elevado, mas que, simultaneamente é o que revela menor dinâmica neste período de análise, o que significa que a criação de riqueza gerada pelo turismo tem vindo a crescer mais rapidamente nos destinos concorrentes.

O quadro seguinte (Quadro 9) resume a evolução da **produtividade** (VAB/Emprego) alcançada na hotelaria e restauração das regiões em estudo, no período entre 1996 e 2001. Do conjunto das regiões analisadas destacam-se a Madeira e o Algarve com os níveis mais elevados de produtividade. Com excepção destes destinos e do Alentejo Litoral – que se destaca fortemente positiva - todas as restantes regiões baixaram os seus níveis de produtividade de 1996 para 2001, embora a taxas diferenciadas.

Tenha-se presente contudo que, medir a produtividade do turismo não é o mesmo que medir a produtividade no sector industrial, pois se trata de uma actividade muito dependente de relações pessoais e personificadas e cuja “produtividade” deverá reflectir mais a qualidade do que a quantidade do serviço prestado. De todos os modos, o indicador permite comparar o desempenho dos destinos quanto à eficiência na utilização dos recursos.

No que respeita aos concorrentes directos em estudo, o Alto Alentejo foi o único que apresentou uma taxa média de crescimento da produtividade positiva sendo que a sub-região da Serra da Estrela, à semelhança dos restantes destinos, aumentou proporcionalmente

QUADRO 9

Evolução da Produtividade na Hotelaria e Restauração e Taxa Variação 1996-2001

	Evolução da Produtividade na Hotelaria e Restauração (€ por trabalhador)						Taxa Variação Média Anual 1996-2001
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Madeira	20518	22007	22285	22225	21717	22563	1,92%
Algarve	18429	18296	18871	18823	18241	18515	0,09%
Norte Litoral	6898	7079	7070	7068	6750	6571	-0,97%
Centro Litoral	8127	8036	7432	7484	7409	7411	-1,83%
Alentejo Litoral	5396	5813	6382	6454	6171	6563	3,99%
Norte Interior	4891	4890	4914	4862	4743	4719	-0,71%
Centro Interior	7357	7143	6693	6485	6616	6783	-1,61%
Alentejo Interior	6384	6549	6452	6402	6102	6369	-0,05%
Sub-Regiões							
Douro	5132	5151	5235	5129	4913	4894	-0,95%
Trás-os-Montes	4696	4674	4652	4640	4598	4571	-0,54%
Alto Alentejo	7071	7140	7486	7507	7067	7447	1,04%
Alentejo Central	6167	6336	5830	5706	5459	5605	-1,89%
Destino Serra Estrela	7111	6908	6528	6395	6640	6675	-1,26%

Fonte: Elaborado a partir de dados do INE (2002)

mais o emprego do que o VAB, razão do decréscimo da sua produtividade. Tal facto pode dever-se às diferentes taxas de ocupação-cama ou também indiciar a menor qualificação dos seus recursos e o tipo de segmento (baixo) de mercado que atinge com os seus serviços.

3.1.3 SÍNTESE COMPARATIVA E POSICIONAMENTO DO DESTINO SERRA DA ESTRELA

No Quadro 10 resume-se, para cada indicador da análise, a posição do destino Serra da Estrela no ranking dos concorrentes considerados.

Pela observação do Quadro 10 constata-se que, ao nível da oferta, o destino Serra da Estrela está bem posicionado em quase todos os indicadores considerados, particularmente em termos de emprego, de criação de riqueza (VAB) e de produtividade (embora neste último caso tenha perdido a sua posição de liderança a favor do Alto Alentejo em 2001.) Este

destino evidencia essencialmente dois pontos fracos que se podem considerar interrelacionados: a baixa e decrescente taxa de ocupação-cama (que a fez baixar do 3º para o 4º lugar entre 1996 e 2001) e a fraca dinâmica traduzida nas baixas taxas de crescimento dos vários indicadores, factos que, a este nível, a colocam nos últimos lugares e que poderão justificar a diminuição da produtividade.

Conclui-se, pois, que a Serra da Estrela, embora tendo conseguido manter, no geral, a sua posição relativa no período em análise, apresentou uma dinâmica muito inferior à dos seus concorrentes facto que, a continuar, fará com que rapidamente seja ultrapassada pelos restantes destinos, especialmente pelo Douro (que viu mais rapidamente aumentar todos os indicadores relativamente à Serra da Estrela), Alto Alentejo e Alentejo Central.

QUADRO 10

Quadro resumo dos indicadores – posicionamento da Serra da Estrela

	Douro	Trás os Montes	Serra Estrela	Alto Alentejo	Alentejo Central	Posição da Serra Estrela no Ranking
Nº Estabelecimentos 1996	27	54	35	23	23	2º
Nº Estabelecimentos 2001	34	58	35	27	28	2º
Taxa variação média anual	4,7%	1,4%	0,0%	3,3%	4,0%	5º
Nº Camas 1996	1387	2995	2376	1286	1683	2º
Nº Camas 2001	2276	3501	2623	1454	2059	2º
Taxa variação média anual	10,4%	3,2%	2,0%	2,5%	4,1%	5º
Taxa ocupação-cama 1996	23,4%	18,7%	24,3%	30,0%	35,3%	3º
Taxa ocupação-cama 2001	28,1%	19,1%	27,4%	35,0%	40,3%	4º
Taxa variação média anual	3,7%	0,4%	2,4%	3,1%	2,7%	4º
Emprego 1996 (10*3 pessoas)	2,9	3,6	3,6	2,2	2,5	1º
Emprego 2001 (10*3 pessoas)	3,9	4,6	4,6	2,7	3,6	1º
Taxa variação média anual	6,1%	5,0%	5,0%	4,2%	7,6%	3º
VAB 1996 (10*6 euros)	15	17	26	15	15	1º
VAB 2001	19	21	30	20	20	1º
Taxa variação média anual	4,8%	4,3%	2,9%	5,9%	5,9%	5º
Produtividade 1996 (€/trabalhador)	5132	4696	7111	7071	6167	1º
Produtividade 2001	4894	4571	6675	7447	5605	2º
Taxa variação média anual	-1,0%	-0,5%	-1,3%	1,0%	-1,9%	4º

3.2 PROCURA DE ALOJAMENTO

3.2.1 HÓSPEDES, DORMIDAS E TEMPO MÉDIO DE ESTADIA

Considerando-se o número de **hóspedes** registados nos diversos estabelecimentos de hotelaria como um indicador do número de turistas, o quadro seguinte (Quadro 11) dá uma ideia da dinâmica da procura turística das regiões em análise.

Analisando os dados do quadro 11 conclui-se que, na sua grande maioria, os turistas que visitaram as regiões em estudo, continuam a ter o sol e praia como o seu produto turístico de eleição uma vez que são as regiões do litoral que registam um maior número de hóspedes (cerca de 83%). Também ao nível do destino Serra da Estrela e das restantes

sub-regiões se registou um aumento generalizado da procura turística, sendo de destacar o Douro pelo rápido aumento da procura e o Alentejo Central pela sua posição dominante (em termos dos valores absolutos).

Dada a relação entre o número de hóspedes e o número de **dormidas**, também neste indicador se verifica a liderança do Algarve, Madeira e Norte Litoral (Quadro 12). Repare-se, no entanto, na troca de posições entre o Norte Litoral e a Madeira, quando comparado com o número de hóspedes de cada uma das regiões. Isto significa que na Madeira os hóspedes permanecem mais tempo do que no Norte Litoral. Tal facto pode parcialmente ser explicado pelo facto de a viagem de avião se tornar mais compensadora quando o período de permanência for maior.

QUADRO 1 1

Evolução do número de hóspedes e taxa de variação 1996-2001

	Evolução Nº Hospedes (1996-2001)						Taxa Variação Média Anual 1996-2001
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Madeira	681 449	704 336	757 127	830 358	876 377	980 114	7,50%
Algarve	2 022 269	2 150 929	2 225 000	2 345 917	2 433 371	2 327 845	2,90%
Norte Litoral	1 200 101	1 229 664	1 379 108	1 379 108	1 352 692	1 366 610	2,60%
Centro Litoral	540 479	540 479	616 909	623 335	618 226	618 226	2,70%
Alentejo Litoral	94 382	94 382	94 382	88 526	98 918	117 957	4,60%
Norte Interior	217 012	227 227	232 978	232 978	320 675	297 030	6,50%
Centro Interior	379 223	379 223	433 115	437 283	455 346	455 346	3,70%
Alentejo Interior	330 901	330 901	330 901	389 289	404 212	392 155	3,50%
Total litoral	4 538 680	4 719 790	5 072 526	5 267 244	5 379 584	5 410 752	3,58%
Total interior	927 136	937 351	996 994	1 059 550	1 180 233	1 144 531	4,30%
Total	5 465 816	5 657 141	6 069 520	6 326 794	6 559 817	6 555 283	3,70%
Peso litoral	83,00%	83,40%	83,60%	83,30%	82,00%	82,50%	
Sub-Regiões							
Douro	84 113	94 038	102 888	102 888	151 005	145 402	11,60%
Trás-os-Montes	132 899	133 189	130 090	130 090	169 670	151 628	2,70%
Alto Alentejo	103 489	103 489	103 489	129 858	121 537	123 033	3,50%
Alentejo Central	172 838	172 838	172 838	203 454	223 503	214 001	4,40%
Destino Serra Estrela	149 326	149 326	176 681	165 582	175 590	175 590	3,30%

Fonte: Elaborado a partir de dados do INE (2002)

QUADRO 1 2

Evolução do número de dormidas e taxa de variação 1996-2001

	Evolução do número de dormidas						Taxa Variação Média Anual 1996-2001
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Madeira	3947366	4073742	4312618	4602587	4778717	5237104	5,80%
Algarve	12370584	12885754	13265431	13993348	14070442	13419537	1,64%
Norte Litoral	2223790	2325624	2254243	2254243	2542000	2568579	2,92%
Centro Litoral	1018598	1018598	1198565	1216586	1229346	1229346	3,83%
Alentejo Litoral	295980	295980	295980	224633	264605	314014	1,19%
Total Litoral	19856318	20599698	21326837	22291397	22885110	22768580	2,77%
Norte Interior	322883	333313	345826	345826	470673	477421	8,14%
Centro Interior	626729	626729	669275	731261	770788	770788	4,22%
Alentejo Interior	436099	436099	436099	557727	580545	583550	6,00%
Total Interior	1385711	1396141	1451200	1634814	1822006	1831759	5,74%
Sub-Regiões							
Douro	118408	137354	144523	144523	221757	233464	14,54%
Trás-os-Montes	204475	195959	201303	201303	248916	243957	3,59%
Alto Alentejo	140632	140632	140632	189501	175710	185719	5,72%
Alentejo Central	216809	216809	216809	275327	309748	302698	6,90%
Destino Serra Estrela	210557	210557	235961	243126	262213	262213	4,49%

Fonte: Elaborado a partir de dados do INE (2002)

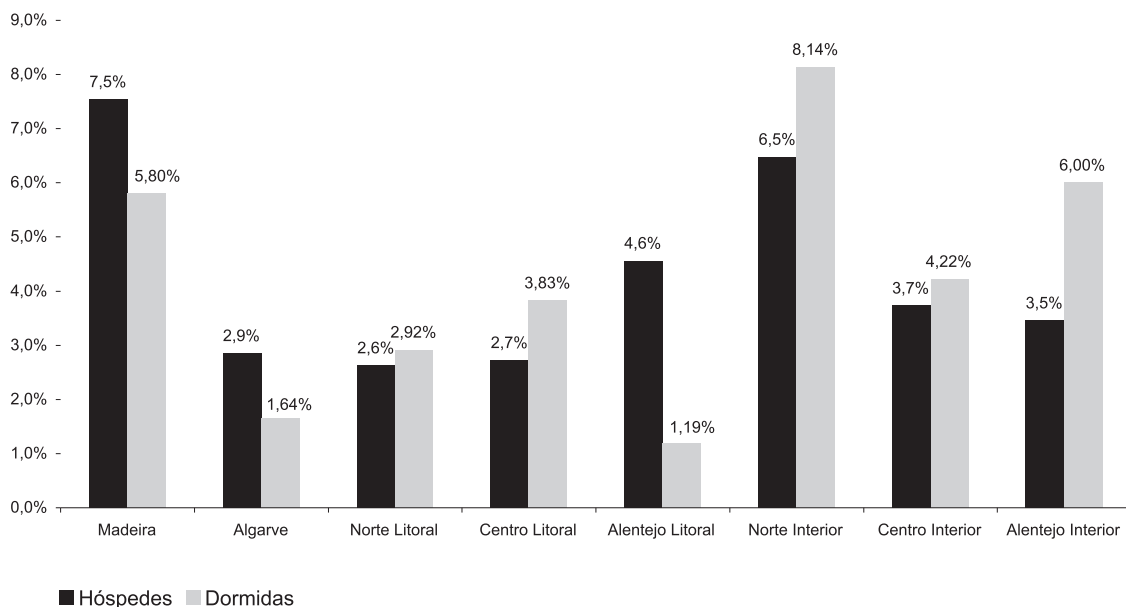
Ao nível das sub-regiões constata-se que todos os concorrentes directos viram, tal como o destino Serra da Estrela, aumentar o número de dormidas entre 1996 e 2001, mantendo-se o destaque para a sub-região do Douro e do Alentejo Central, que reforçam as suas posições no *share* de mercado. É interessante notar (Figura 1) que à excepção de Madeira, Algarve e Alentejo Litoral, todas as restantes regiões aumentaram mais rapidamente o número de dormidas do que o número de hóspedes, em particular o Alentejo Interior, Norte Interior e o Centro Litoral, o que se traduz num aumento do tempo médio de estadia.

O **tempo médio de estadia**, refere-se ao número de dias que, em média, um turista permanece no alojamento. Da leitura do Quadro 13, conclui-se que é no Algarve e na Madeira que os turistas permanecem mais tempo – em média uma semana

– enquanto que os restantes destinos são escolhidos para short-breaks, o que os torna mais dependentes da conquista de novos visitantes e da fidelização dos turistas. Fidelização significa, neste contexto, aumentar a frequência das visitas, o que só será possível se os turistas se sentirem bem acolhidos e a oferta de produtos se diversificar articuladamente.

Pela análise das taxas de variação média anual (última coluna do Quadro 13) conclui-se que apenas o Alentejo Interior, o Norte Interior e o Centro Litoral conseguiram aumentar (ainda que ligeiramente) o tempo de estadia. No conjunto das sub-regiões do interior destaca-se o facto de todas elas registarem um tempo de permanência muito baixo, com um acréscimo pouco significativo entre 1996 e 2001, com alguma vantagem do Douro.

FIGURA 1
Taxa de Variação Média Anual do Nº hóspedes e do nº de Dormidas entre 1996 e 2001



QUADRO 13
Evolução do Tempo Médio de Estadia e taxa de variação 1996-2001

	Evolução tempo médio de estadia (nº dias)						Taxa Variação Média Anual 1996-2001
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Madeira	5,8	5,8	5,7	5,5	5,5	5,3	-1,80%
Algarve	6,1	6	6	6	5,8	5,8	-1,00%
Norte Litoral	1,9	1,9	1,6	1,6	1,9	1,9	0,00%
Centro Litoral	1,9	1,9	1,9	2	2	2	1,00%
Alentejo Litoral	3,1	3,1	3,1	2,5	2,7	2,7	-2,70%
Norte Interior	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,6	1,30%
Centro Interior	1,7	1,7	1,5	1,7	1,7	1,7	0,00%
Alentejo Interior	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	2,90%
Sub-Regiões							
Douro	1,4	1,5	1,4	1,4	1,5	1,6	2,70%
Trás-os-Montes	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,6	1,30%
Alto Alentejo	1,4	1,4	1,4	1,5	1,4	1,5	1,40%
Alentejo Central	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,50%
Destino Serra Estrela	1,4	1,4	1,3	1,5	1,5	1,5	1,40%

Fonte: Elaborado a partir de dados do INE (2002)

3.2.2 MERCADO DE ORIGEM DOS HÓSPEDES

De acordo com a informação disponível no INE (Quadro 14), no cômputo das regiões em estudo, tem-se vindo a verificar uma predominância dos hóspedes estrangeiros, ainda que com um decréscimo do seu peso relativo (55% em 1996 e 52% em 2001). Note-se, no entanto, que estes valores gerais resultam, sobretudo, da forte concentração de turistas estrangeiros no Algarve e na Madeira, resultado de uma promoção turística do país, que durante bastante tempo, incidiu essencialmente no mono produto “sol e mar”. Apesar da importância dos turistas estrangeiros nestas regiões, estes têm vindo a diminuir de peso. Refira-se, em particular a grande perda de turistas estrangeiros verificada no Alentejo Litoral, acompanhada por um grande aumento dos turistas portugueses (Quadro 14 e Figura 2).

Pelo contrário, nos restantes destinos predomina o mercado português, destacando-se, no entanto, o Norte Interior na conquista do mercado estrangeiro (Figura 2), o que poderá reflectir a conquista de segmentos de mercado mais selectivos e vocacionados para um turismo da natureza e turismo cultural (alternativo e não massificado).

Relativamente ao conjunto das sub-regiões, predomina o mercado português, tendo inclusive o mercado estrangeiro reduzido a sua importância entre 1996 e 2001. Destacam-se, no entanto, Douro e Trás-os-Montes, que registam um crescimento da procura por parte de estrangeiros, como se reflecte na figura seguinte (Figura 3).

QUADRO 14
Nº Hóspedes segundo mercado de origem em 1996 e 2001

	Estrangeiros		Portugueses		Peso estrangeiros	
	1996	2001	1996	2001	1996	2001
Madeira	550 191	755 996	131 258	224 118	81%	77%
Algarve	1 477 762	1 645 761	544 507	682 084	73%	71%
Norte Litoral	462 136	513 054	737 965	853 556	39%	38%
Centro Litoral	215 347	234 806	325 132	358 020	40%	40%
Alentejo Litoral	86 748	21 987	7 634	95 970	92%	19%
Norte Interior	25 744	48 693	191 268	248 337	12%	16%
Centro Interior	63 155	67 022	316 068	379 047	17%	15%
Alentejo Interior	120 524	123 263	210 377	268 892	36%	31%
Total	3 001 607	3 410 582	2 464 209	3 110 024	55%	52%
Douro	15 473	28 103	87 415	117 299	15%	19%
Trás-os-Montes	17 024	20 590	113 066	131 038	13%	14%
Alto Alentejo	34 669	25 882	96 032	97 151	27%	21%
Alentejo Central	93 902	84 798	112 081	129 203	46%	40%
Destino Serra Estrela	22 896	19 038	153 785	141 384	13%	12%
Total subregiões	183 964	178 411	562 379	616 075	25%	22%

FIGURA 2
Taxa de Variação Média Anual do Nº Hóspedes Estrangeiros (1996-2001)

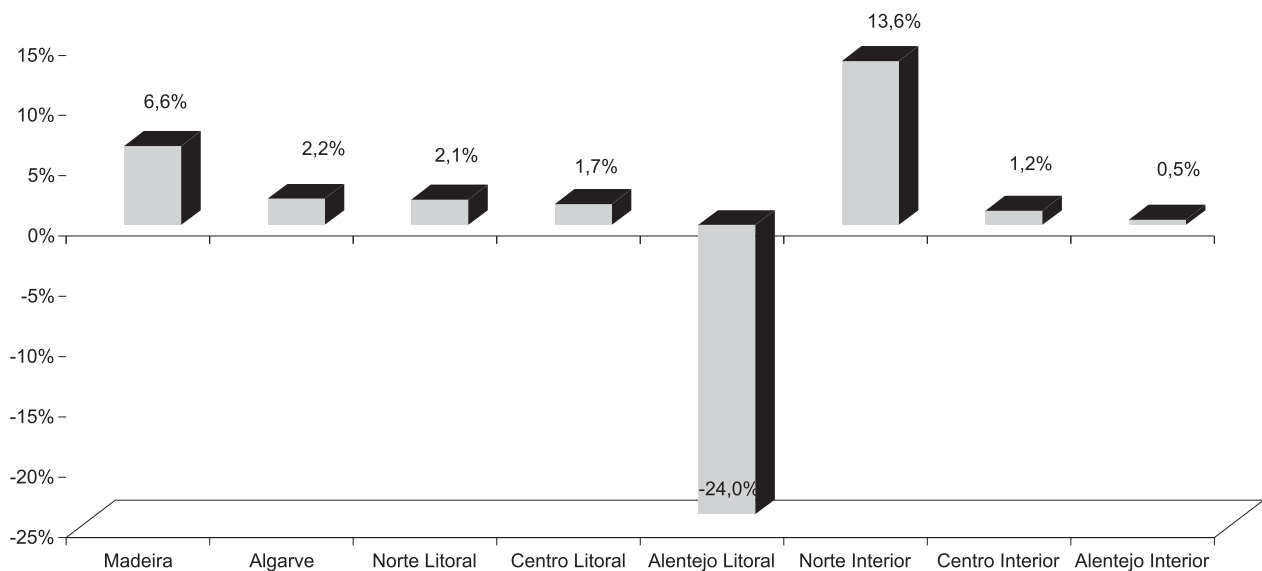
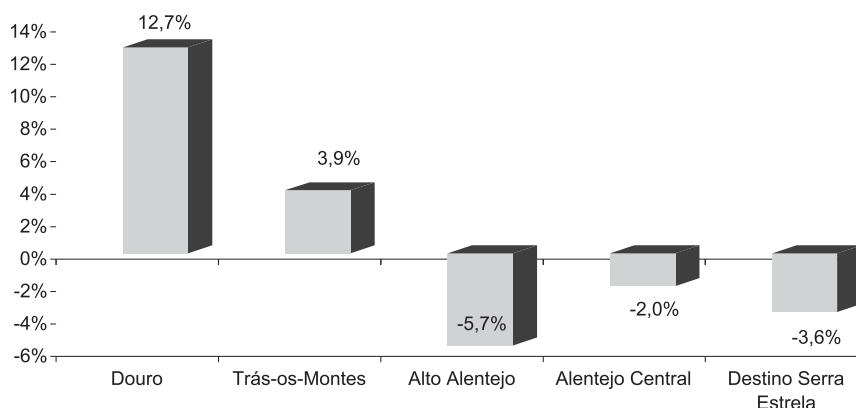


FIGURA 3

Taxa de Variação Média Anual do N° Hóspedes Estrangeiros do Destino Serra da Estrela e das Regiões Concorrentes (1996-2001)



QUADRO 15

Quadro resumo dos indicadores da procura – posicionamento da Serra da Estrela

	Douro	Trás os Montes	Serra Estrela	Alto Alentejo	Alentejo Central	Posição da Serra Estrela no Ranking
N° Hóspedes 1996 (10*3 pessoas)	84	133	149	103	173	2º
N° Hóspedes 2001	145	152	176	123	214	2º
Taxa variação média anual	11,6%	2,7%	3,3%	3,5%	4,4%	4º
N° Hóspedes estrangeiros 1996 (10*3 pessoas)	15	17	23	35	94	3º
N° Hóspedes estrangeiros 2001 (10*3 pessoas)	28	21	19	26	85	5º
Taxa variação média anual	12,7%	3,9%	-3,6%	-5,7%	-2,0%	4º
N° Dormidas 1996 (10*3)	118	204	211	141	217	2º
N° Dormidas 2001	233	244	262	186	303	2º
Taxa variação média anual	14,5%	3,6%	4,5%	5,7%	6,9%	4º
Tempo médio de estadia 1996	1,4	1,5	1,4	1,4	1,3	2º
Tempo médio de estadia 2001	1,6	1,6	1,5	1,5	1,4	2º

3.2.3 SÍNTESE COMPARATIVA E POSICIONAMENTO DO DESTINO SERRA DA ESTRELA

Tendo em consideração os indicadores utilizados na análise da procura resume-se no Quadro 15 a posição do destino Serra da Estrela, no ranking dos concorrentes considerados.

Comparativamente às várias sub-regiões, a Serra da Estrela situa-se em segundo lugar no que respeita ao nº de hóspedes e nº de dormidas, compartilhando com os restantes destinos o baixo tempo de permanência

dos turistas. Contudo, ao nível da dinâmica de crescimento dos vários indicadores (traduzida através das taxas de variação médias anuais), a Serra da Estrela coloca-se num fraco lugar. Note-se que, particularmente ao nível da procura estrangeira (reflectida no número de hóspedes estrangeiros), registou uma taxa de crescimento negativa (-3,6%), reflectindo a descida da 3ª posição, que ocupava em 1996, para a última posição. Ou seja, foi de todos os destinos, o que, em 2001, recebeu um menor número de visitantes estrangeiros e dos que mais perdeu (logo depois do Alto Alentejo).

Relativamente aos restantes concorrentes, destaca-se o Alentejo Central que, à excepção do tempo médio de estadia, é o destino que apresenta valores mais elevados nos diversos indicadores. Destaca-se também o destino Douro, dado que evidencia, em todos os indicadores analisados, uma dinâmica de crescimento bastante superior a todos os outros destinos concorrentes.

3.3 ATRACTIVIDADE E SATURAÇÃO DOS DESTINOS

Viu-se anteriormente que a maior parte dos hóspedes que visitaram as regiões em estudo se dirigiram maioritariamente para o litoral, havendo no entanto heterogeneidade quanto ao número de turistas que cada uma daquelas regiões recebeu. O mesmo aconteceu relativamente às regiões do interior, pois se estas viram o seu número de turistas aumentar, esse aumento também não foi homogéneo.

Poderão ser vários os factores que determinam as diferentes quotas de mercado que cada destino turístico detém e um deles será necessariamente a capacidade de captar a preferência dos turistas e melhorar os acessos entre origem e destino. É esta preferência da procura por determinados lugares, enquanto princípio geral, que está subjacente à teoria formulada por Mariotti (citado em Fernandes, 1998) sobre os centros de atracção turística e a partir da qual se construiu o *Índice de Preferência*¹⁰. Este índice e sua evolução, permitem avaliar em que medida o poder de atracção de uma localidade em relação a outra se altera, à medida que evolui o turismo de um país.

Como o quadro seguinte (Quadro 16) evidencia, os destinos preferidos pelos turistas foram, ao nível do Litoral, a Madeira e o Algarve; ao nível do interior foi o Douro que, de todos os destinos, viu o seu índice

QUADRO 16
Índice de preferência dos destinos e variação média anual entre 1996 – 2001

Índices de Preferência dos Destinos (1996-2001)			Taxa Variação Média Anual Índice Preferência 1996-2001
Regiões	Índice Preferência 1996	Índice Preferência 2001	
Madeira	0,08	0,1	4,56%
Algarve	0,24	0,25	0,82%
Norte Litoral	0,15	0,15	0%
Centro Litoral	0,07	0,07	0%
Alentejo Litoral	0,01	0,01	0%
Norte Interior	0,03	0,03	0%
Centro Interior	0,05	0,05	0%
Alentejo Interior	0,04	0,04	0%
Sub-Regiões			
Douro	0,01	0,02	14,87%
Trás-os-Montes	0,02	0,02	0%
Alto Alentejo	0,01	0,01	0%
Alentejo Central	0,02	0,02	0%
Destino Serra Estrela	0,02	0,02	0%

¹⁰ Este índice pondera o peso do nº de turistas ou hóspedes de uma localidade ou região no total de turistas ou hóspedes do país, ao longo de um ano.

de preferência aumentar mais rapidamente. Aliás, os indicadores anteriormente analisados assim o faziam prever. O Algarve, apesar da desaceleração no seu índice de preferência, continua a ser um dos destinos mais preferidos pela maioria dos turistas.

Para além da análise da evolução das preferências dos turistas como uma aproximação à maior atractividade de um destino, importa saber se esse território tem capacidade para suportar o consequente aumento da procura. O Índice de Saturação Turística correspondente ao rácio entre o número de turistas que visitam um destino e o total da população nele residente e que pode ser considerada como uma aproximação ao cálculo dessa capacidade (Cunha 1997)¹¹. Os destinos com os índices mais altos serão os que, sendo mais importantes do ponto de vista turístico, indiciam saturação, perda de qualidade do

destino e predizem menor potencial de crescimento no longo prazo. O inverso é verdadeiro para os que têm menores índices de saturação turística.

Considera-se que valores do índice superiores a 1 implicam um impacto negativo quer do ponto de vista social, quer ambiental e provocam uma menor satisfação dos turistas. As diversas regiões em análise apresentam os seguintes Índices de Saturação Turística (Quadro 17):

Como seria de esperar, os destinos mais procurados – o Algarve e a Madeira – são os que, apresentando maiores índices de saturação, têm menor capacidade de crescimento e, talvez por esse facto, se justifique a perda de posição relativa do Algarve quanto ao nº

QUADRO 17
Índice de saturação e taxa de variação 1996-2001

	Índice Saturação		Taxa Variação Média Anual Índice Saturação 1996-2001
	1996	2001	
Madeira	2,7	4	8,20%
Algarve	5,9	5,8	-0,30%
Norte Litoral	0,4	0,4	0,00%
Centro Litoral	0,6	0,6	0,00%
Alentejo Litoral	1	1,2	3,70%
Norte Interior	0,5	0,7	7,00%
Centro Interior	0,5	0,6	3,70%
Alentejo Interior	0,7	0,9	5,20%
Douro	0,4	0,7	11,80%
Trás-os-Montes	0,6	0,7	3,10%
Alto Alentejo	0,8	1	4,60%
Alentejo Central	1	1,3	5,40%
Destino Serra Estrela	0,6	0,7	3,10%

¹¹ Subentende-se, no cálculo deste indicador, que os equipamentos e infra-estruturas existentes num dado território (p.e. hospitais, estradas, etc.) estão dimensionados para a população local e que, portanto, uma carga excessiva de turistas diminuiria significativamente a qualidade de vida/estadia, tanto para populações locais como para os próprios turistas.

de hóspedes e também a diminuição do tempo médio de estadia na Madeira, como vimos atrás. Também, relativamente ao Alentejo Litoral, com um índice superior a 1, provavelmente se justifica a diminuição drástica do nº de hóspedes estrangeiros (-24%) e também o crescimento negativo do tempo médio de estadia.

Os restantes destinos, com índices de saturação mais baixos, têm, portanto, potencial para crescerem, nomeadamente as sub-regiões da Serra da Estrela, Trás-os-Montes e Douro. Mas note-se que, a manter-se o ritmo de crescimento do Douro, dentro em breve o seu potencial de crescimento será mais limitado, pelo que a Serra da Estrela pode vir a aproveitar a complementaridade geográfica com esse destino. Um outro aspecto para que o crescimento reporta é o do equilíbrio desse crescimento ao longo do ano; ou seja, para a questão da sazonalidade. Pese embora a importância de tal informação, o INE não tem disponível dados desagregados ao nível das NUT III sobre a distribuição do número de hóspedes ao longo do ano, pelo que, relativamente a este aspecto não foi possível efectuar a análise comparativa.

4. SITUAÇÃO DOS DESTINOS EM 2002

4.1 OFERTA DE ALOJAMENTO

4.1.1 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, CAPACIDADE DE ALOJAMENTO, TAXAS DE OCUPAÇÃO E PROVEITOS POR APOSENTO

No conjunto dos 5 destinos concorrentes directos analisados, verifica-se que, à semelhança dos anos anteriores, Trás-os-Montes possui o maior número de **estabelecimentos** e **capacidade de alojamento**, seguido da Serra da Estrela e Douro (ver Quadro 18).

Atendendo a que o índice de saturação da Serra da Estrela é baixo comparativamente ao do Douro, considera-se que a este nível, poderá existir potencial de crescimento do número de estabelecimentos e/ou da capacidade de alojamento. No entanto, convém realçar que as suas **taxas de ocupação-cama** são genericamente baixas e que se está a analisar de um modo agregado a sub-região Serra da Estrela, quando é sabido que nela existem áreas com desigual distribuição dos estabelecimentos. Tal significa que

QUADRO 18

Nº Estabelecimentos hoteleiros, capacidade de alojamento, proveitos e taxa de ocupação-cama nas sub-regiões (2002)

	Nº Estabelecimentos	Capacidade de alojamento	Proveitos por aposento	Taxa ocupação-cama
Douro	35	2308	6399	27,8
Trás-os-Montes	60	3537	6491	19,7
Alto Alentejo	24	1381	5143	32,3
Alentejo Central	28	2248	11104	37,6
Destino Serra Estrela	36	2866	6464	24,6

Fonte: Elaborado a partir de dados do INE (2003)

os potenciais investimentos em novas unidades hoteleiras não deveriam continuar a reproduzir essas desigualdades; dispersar as unidades do alojamento no território não só se evita a pressão sobre determinadas localidades e respectivas infra-estruturas e populações, como também permitirá que os efeitos multiplicadores do turismo se possam difundir numa base mais alargada.

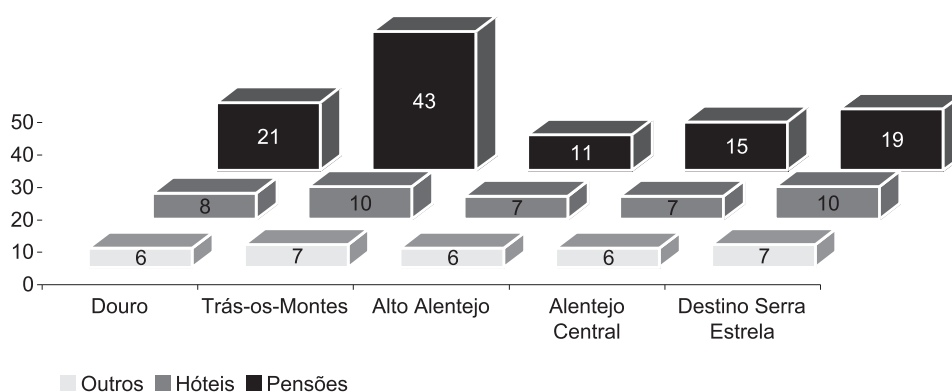
As taxas de ocupação-cama reflectem um maior grau de utilização dos equipamentos hoteleiros pelo Alentejo Central e o Alto Alentejo. As baixas taxas médias de ocupação-cama registadas em Trás-os-Montes e Serra da Estrela evidenciam que estes destinos têm uma capacidade instalada muito acima da sua utilização e/ou a um forte desequilíbrio sazonal na utilização dos equipamentos. Tal significa que nem sempre construir mais seja suficiente para atrair turistas e muito menos copiar modelos de regiões diferentes; o importante é construir de forma adequada ao segmento de procura que se pretende atrair, complementarmente à reorganização/diversificação da oferta turística.

O indicador “proveitos por aposento” traduz quer a frequência de utilização dos quartos quer o nível de preços praticados. O Alentejo Central é, deste conjunto de destinos, o que gerou proveitos mais elevados por aposento e, como se verificará oportunamente, é efectivamente o que recebeu maior número de turistas e maior número de dormidas. Os proveitos por aposento registados no Douro, Serra da Estrela e Trás-os-Montes, embora similares, traduzem realidades distintas: no caso do Douro e Trás-os-Montes os proveitos resultam mais do nível de preços praticados do que do número de dormidas¹².

4.1.2 TIPO DE ESTABELECIMENTO

Pela leitura da Figura 4 é visível que, em geral, predominam as pensões em todas as sub-regiões havendo, no entanto, um desequilíbrio mais acentuado no peso destas em Trás-os-Montes (71%) e no Douro (60%), relativamente aos restantes destinos (Alto Alentejo 46%; Alentejo Central 54%; Serra Estrela 53%).

FIGURA 4
Número de Estabelecimentos por Tipo (2002)



¹² Uma vez que, como se verificará, a SE registou um maior número de dormidas do que o Douro e Trás-os-Montes, o que significa que os preços nela praticados são mais baixos ou que os tipos de alojamento mais utilizados são os que praticam preços inferiores.

Note-se, no entanto, que, à excepção de Trás-os-Montes, a maior capacidade de alojamento é garantida pelos hotéis, como ilustra o gráfico seguinte (Figura 5).

A figura seguinte (Figura 6) evidencia que somente na Serra da Estrela é que as pensões geram maiores proveitos por aposento comparativamente aos diversos tipos de alojamento, o que confirma o anteriormente referido relativamente à prática de

preços médios mais baixos relativamente aos outros destinos (nomeadamente Douro e Trás-os-Montes). Dado que, na generalidade, as pensões praticam preços mais baixos do que, por exemplo, os hotéis, este montante dos proveitos maioritariamente gerado nas pensões só pode ter sido provocado pelo grau de utilização das mesmas. Tal facto dá uma ideia do segmento de mercado, em termos de rendimento médio, dos turistas que maioritariamente têm visitado a região.

FIGURA 5
Capacidade Alojamento dos diversos tipos de Estabelecimento (2002)

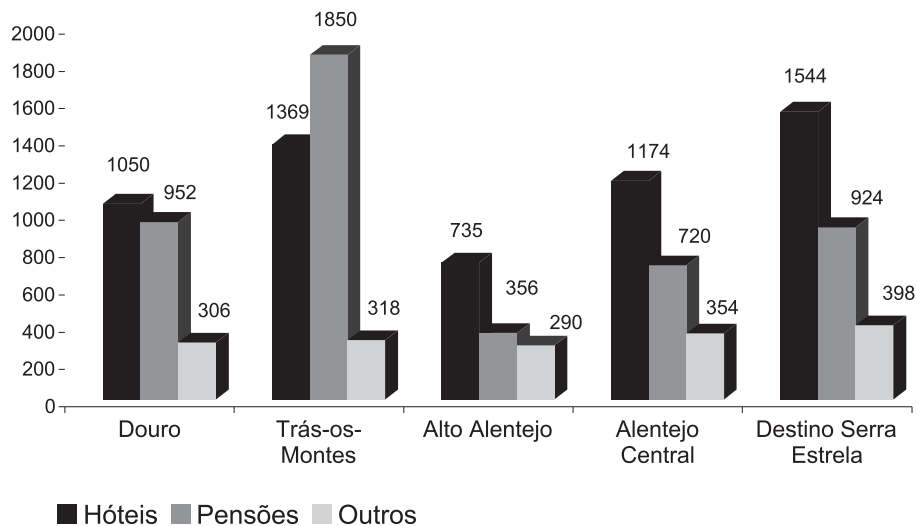
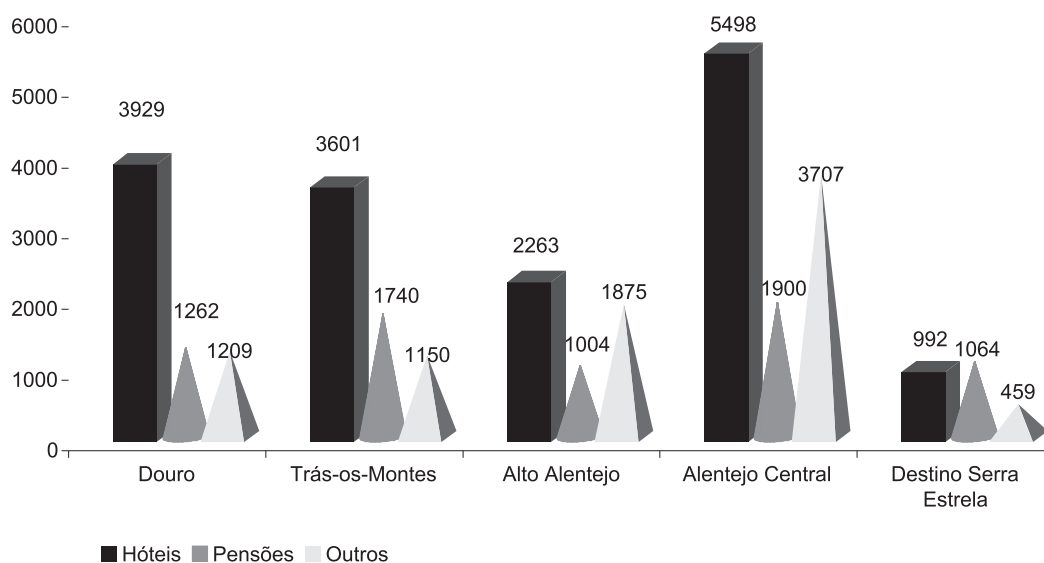


FIGURA 6
Proveitos do Aposento por Tipo de Estabelecimento (2002)



4.1.3 TURISMO EM ESPAÇO RURAL (TER)

Uma forma de alojamento em expansão e que tem todo um enquadramento natural nas sub-regiões em análise, são as unidades de TER. Das várias sub-regiões analisadas é a Serra da Estrela a que possui maior número destes tipos de alojamentos, maior número e de quartos e maior capacidade de alojamento, com predomínio das unidades classificadas como turismo rural e casas de campo (ver Quadro 19).

Dada a inexistência de dados oficiais relativamente às taxas de ocupação destes tipos de alojamento, ao número de hóspedes e de dormidas, a análise da importância e impacto deste tipo estabelecimentos no turismo regional fica bastante limitada. Todavia, a julgar pelo recente crescimento do seu número de estabelecimentos pode intuir-se que vai sendo crescente¹³. Aliás, este é um facto a juntar a outros, que sublinham a importância e a oportunidade da criação de um Laboratório do turismo na região, de

modo a monitorizar-se a actividade quer do ponto de vista da actualidade dos dados, quer da amplitude desses dados. Só assim se poderão ultrapassar as várias limitações existentes ao nível da informação estratégica.

4.2. PROCURA TURÍSTICA

4.2.1 HÓSPEDES E MERCADO DE ORIGEM DOS HÓSPEDES

Confirmando a tendência verificada entre 1996 e 2001, verifica-se que o Alentejo Central é, dos vários destinos, o que recebeu, em 2002, o maior número de hóspedes, logo seguida da Serra da Estrela. Note-se ainda, que são maioritariamente os portugueses que procuram as várias sub-regiões, embora que no caso do Alentejo Central não haja uma disparidade tão elevada entre portugueses e estrangeiros quanto o que se verifica nos restantes destinos. Pelo contrário é na Serra da Estrela que se verifica um menor peso relativo e absoluto do turismo estrangeiro (no Alentejo

QUADRO 19
Unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) em 2002

Sub-regiões	Nº de Estabelecimentos						Total de Quartos	Capacidade de Alojamento total
	Total	Turismo Rural	Turismo de Habitação	Agro-turismo	Casas de Campo	Turismo de Aldeia		
Douro	47	25	11	8	3	-	227	452
Trás-os-Montes	28	18	3	5	2	-	152	303
Alto Alentejo	39	10	5	18	6	-	225	446
Alentejo Central	45	20	9	12	2	2	248	485
Destino Serra Estrela	60	26	12	7	14	1	284	563

Fonte: Elaborado a partir de dados do INE (2003)

¹³ Como referem Jacinto e Ribeiro (2001:1) "as regiões do interior em geral, e as áreas rurais em particular, têm vindo a ser objecto de crescente procura enquanto espaços alternativos de férias, lazer e recreio".

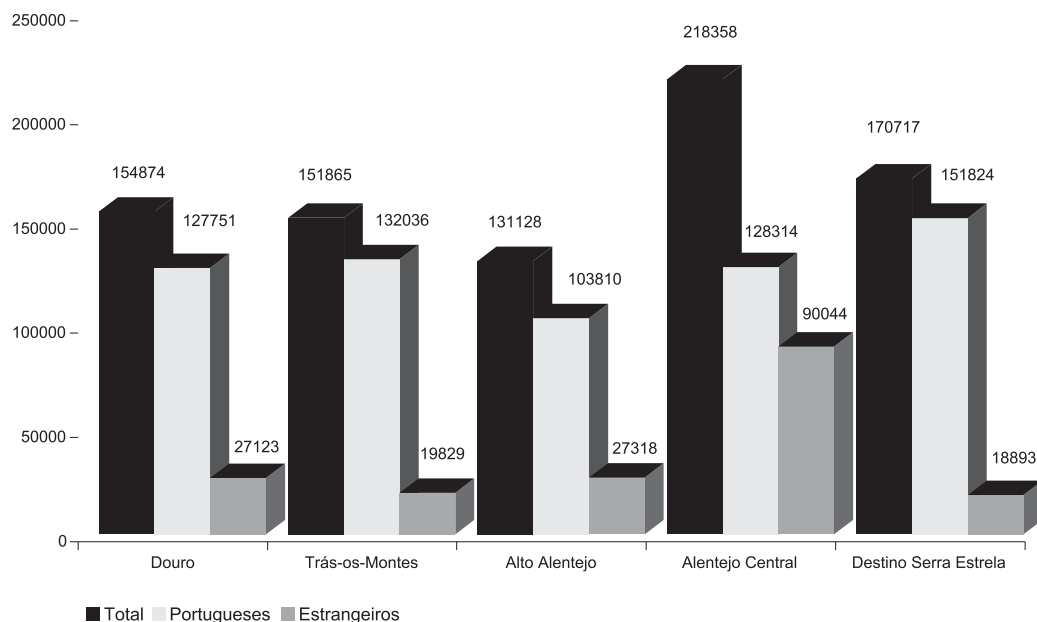
Central 41% dos hóspedes são estrangeiros, 20% no Alto Alentejo, 18% no Douro, 13% em Trás-os-Montes e apenas 11% na Serra da Estrela).

Ocorre pensar-se que o Alentejo Central, quer pela existência de uma cidade classificada como património mundial da humanidade (Évora¹⁴), quer pela sua proximidade do Algarve, possa eventualmente beneficiar da sua vizinhança em termos de captar muitos dos estrangeiros que se deslocam à capital do país ou/e àquele destino turístico.

4.2.2 DORMIDAS POR TIPO DE ESTABELECIMENTO

Tal como se viu anteriormente, confirma-se que uma das características comuns aos destinos turísticos das zonas do interior é o reduzido período de permanência dos turistas nestas regiões (ver tempo médio de estadia no Quadro 20) possivelmente porque estas são escolhidas preferencialmente para fins-de-semana ou períodos curtos de permanência do que para férias.

FIGURA 7
Nº de Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros totais e segundo País Residência (2002)



QUADRO 20
Nº Dormidas, nº de hóspedes e tempo médio de estadia em 2002

Sub-regiões	Nº dormidas	Nº de hospedes	Tempo médio de estadia (dias)
Douro	234 877	154 874	1,5
Trás-os-Montes	240 682	151 865	1,6
Alto Alentejo	178 827	131 128	1,4
Alentejo Central	301 340	218 358	1,4
Destino Serra Estrela	256 927	170 717	1,5

Fonte: Elaborado a partir de dados do INE (2003)

¹⁴ Considerada, em 2005, como uma região competitiva do ponto de vista do turismo, segundo Carvalho (2006)

Finalmente, refira-se que, em todos os destinos analisados, (Figura 8) os hotéis representam o maior peso de dormidas (entre 50% a 60%). No Alentejo (Alto e Central) é onde “outro tipos de estabelecimento”¹⁵ têm maior representatividade.

5. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

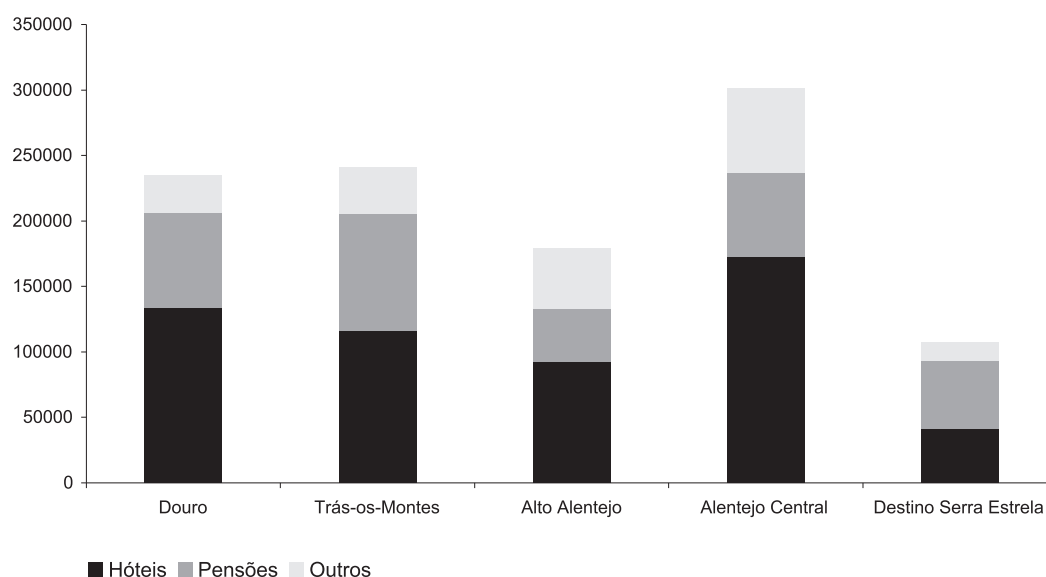
Em jeito de síntese apresentam-se as conclusões da análise realizada para os diversos *destinos turísticos do país*:

- **O turismo é um sector em crescimento em todas as regiões analisadas.** Este crescimento é visível tanto do lado da oferta como da procura, em quase todos os indicadores analisados¹⁶. As zonas do litoral, principalmente o Algarve, o Norte Litoral e a Madeira, continuam a ser as mais procuradas pela maioria dos portugueses e estrangeiros. São estes os

grandes protagonistas de entre os destinos turísticos nacionais, neles se registando os valores mais elevados para todos os indicadores tanto da oferta como da procura.

- Há, no entanto, **indícios de alteração da dinâmica turística nacional**. Com excepção da Madeira, a procura¹⁷ das regiões do litoral, embora tendo aumentado no período analisado (1996-2001), cresceu a um ritmo mais lento (3,6%) do que o aumento da procura das zonas do interior (4,3%), das quais se destaca o Norte e o Alentejo. Esta situação poderá ser consequência quer da saturação de alguns destinos tradicionais¹⁸ – Algarve e da Madeira – quer de eventuais alterações nas motivações turísticas. Traduziu-se, também, numa diminuição/estagnação da oferta em zonas litorais (por exemplo a perda de estabelecimentos no Norte e Centro Litoral) e aumento da oferta nas zonas do interior com especial ênfase para as regiões do Norte e Alentejo.

FIGURA 8
Nº de dormidas por tipo de estabelecimento (2002)



¹⁵ Note-se que nesta classificação não se incluem as unidades TER. Esta categoria inclui hotéis-apartamentos, aldeamentos turísticos, motéis, pousadas e estalagens.

¹⁶ Apenas ao nível da produtividade (na hotelaria e restauração) se verifica uma tendência para a diminuição, excepto no Alentejo Litoral, Madeira e Algarve.

¹⁷ Traduzida pelo número de hóspedes.

¹⁸ Revelado nos respectivos índices de saturação.

• No cômputo geral das regiões em estudo, foi registado **um maior número de hóspedes estrangeiros**, mas o seu peso diminuiu no quinquénio 1996-2001. O maior peso dos turistas estrangeiros continua a registar-se no Algarve e Madeira; onde a grande maioria de turistas são estrangeiros ao contrário dos restantes destinos que são maioritariamente procurados por portugueses. Refira-se o caso do Alentejo Litoral que no período considerado verificou uma redução drástica de turistas estrangeiros, tendo sido o único destino que verificou uma redução tanto em números absolutos quer relativos. Pelo contrário, o Norte Interior destaca-se pelo rápido crescimento do seu mercado estrangeiro.

Em suma, a crescente procura dos destinos do interior e os níveis de saturação turística baixos (em particular o Centro) dão a estas regiões maiores potenciais de crescimento, ao mesmo tempo que exigem formas sustentadas de desenvolvimento, integradoras das diferentes realidades locais¹⁹.

No que respeita a uma comparação entre os *destinos concorrentes directos da Serra da Estrela* (sub-regiões), constata-se que:

- Em todas o **período de permanência dos turistas é bastante reduzido**, evidenciando um tipo de turismo mais vocacionado para fins-de-semana e/ou associado ao conceito de *touring*.
- O **destino Serra da Estrela, em geral, está bem posicionado**, particularmente ao nível do Emprego e VAB. Todavia, este destino evidencia duas grandes debilidades: as taxas de ocupação-cama e a dinâmica de crescimento.

• Na **dinâmica de crescimento destacam-se pela positiva, o Douro e o Alentejo Central** tanto ao nível da procura como da oferta, revelando um crescente potencial de atracção do investimento e aposta no turismo. Esta dinâmica traduz-se por um lado, em valores mais elevados do índice de saturação (particularmente no caso do Alentejo central) e na maior taxa de crescimento deste índice (particularmente no Douro).

• Especificamente no que se refere ao **mercado estrangeiro**, a Serra da Estrela passou, em apenas 5 anos, de terceiro para último lugar, no conjunto dos destinos concorrentes. O Alentejo – particularmente o Central – continua a atrair maior número de turistas estrangeiros, mas são os destinos do Norte – com grande destaque para o Douro – que, ao contrário dos restantes, têm vindo a conquistar mercado estrangeiro.

• Os **proveitos por aposento** registados no Douro, Serra da Estrela e Trás-os-Montes, são similares, mas traduzem realidades distintas: a Serra da Estrela registou um maior número de dormidas do que o Douro e Trás-os-Montes, mas os tipos de alojamento mais utilizados são os que praticam os preços mais baixos (as pensões), o que sugere o segmento de mercado, em termos de rendimento médio, dos turistas que maioritariamente tem visitado a região ou pode sinalizar a valoração que cada agregado atribui ao alojamento, no conjunto das despesas que pretende efectuar na viagem.

¹⁹ Como afirma Butler (2000, p. 56) “enquanto que o fracasso de uma empresa, por falta de integração ao nível global pode ser uma infelicidade, o desenvolvimento do turismo ao nível local que não consiga integrar-se adequadamente nas actividades e processos locais, pode ser desastroso”.

- O destino SE possui maior número de **unidades de TER** e a maior capacidade de alojamento, com predomínio das unidades classificadas como turismo rural e casas de campo. Este facto pode ser considerado uma vantagem comparativa desta sub-região, se a qualidade normalmente associada a este tipo de estabelecimentos for garantida e se as formas de cooperação garantirem uma dimensão crítica e maior visibilidade destas unidades de alojamento e deste tipo de turismo mais voltado para a natureza e o mundo rural.

Os factos apresentados vêm sublinhar a importância de algumas localidades e sub-regiões tirarem partido da vizinhança e actuarem mais como aliadas do que como concorrentes no sentido de integrarem no mesmo “pacote” turístico uma oferta de qualidade e diversificada que, embora tendo presente o pouco tempo de permanência dos turistas, os faça vir mais vezes à região, para descobrir mais coisas. O conceito de *touring* pode ser um conceito integrador dos vários interesses pois exige que os turistas, na sua mobilidade, percorram vários pontos de interesse durante a mesma viagem. Considera-se que o destino Serra de Estrela teria a ganhar se conseguisse ter como aliados o Douro – que apresenta uma maior dinâmica de crescimento e o Alentejo – particularmente o Central, o destino mais estabelecido, ao nível dos destinos do interior – e se conseguisse aumentar o seu perfil competitivo para concorrer com Trás-os-Montes, que apresenta argumentos competitivos semelhantes (destino de rural e de montanha). Repare-se que, por um lado, tanto o Alentejo como o Douro têm um peso maior de turistas estrangeiros do que a Serra da Estrela e, por outro lado, são destinos que, tudo indica²⁰,

conseguiram captar um segmento de mercado de rendimentos mais elevados do que o destino Serra de Estrela. Mas neste “jogo” de complementaridade, a soma tem de ser positiva, o que significa que estas sub-regiões – Douro e Alentejo – também têm que ganhar. E a este nível evidencia-se o facto de o Alto Alentejo aumentar a sua dimensão crítica pois tem o menor número de estabelecimentos e capacidade de alojamento, o menor número de dormidas e o menor número de hóspedes, embora tenha a maior taxa de ocupação das três sub-regiões.

Para além disso, em conjunto, estas sub-regiões adquirem uma extensão territorial capaz de conter vários *tourings*, obedecendo a várias temáticas, compondo uma região diversificada e rica de recursos, onde a Serra de Estrela poderia funcionar como a charneira de entrada e ligação multi-rotas.

²⁰ Indicado pelos proveitos por aposento mais elevados através dos tipos de alojamentos de maior qualificação o que dá alguma indicação de que os turistas que os procuram pertencem a estratos socio-económicos mais elevados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Butler, Richard (2000) "Tourism, natural resources and remote areas" *Tourism Sustainability and Territorial Organisation*. XII Summer Institute of the European Regional Science Association, Ed. APDR-Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, p.47-60
- Carvalho, Pedro (2006) *Performance Competitiva das Regiões. Evolução dos últimos 10 anos*. Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos da Direcção Geral do Turismo, Março 2006, Lisboa
- Cepeda, Francisco, Fernandes, Paula e Monte, Ana (2001) "Índice de Preferência pelos Destinos Turísticos-Região Norte de Portugal" *Conferência Internacional CIMAFA'2001XI Encuentro Cuba-México de Estadística*, La Habana, Cuba
- Cunha, Licínio (1997) *Economia e Política do Turismo*, McGraw-Hill.
- Fernandes, G.P. (1998) "Turismo em regiões de montanha: dimensão, significado e perspectivas para a Serra da Estrela". *Actas de Seminário Beira Interior – Região de Fronteira: actualidades e perspectivas*. U.B.I. – Covilha, 30-31 Outubro, pp: 121-147
- Fernandes, Paula O.; Monte, Ana e Castro, José (2003) "A Região Norte de Portugal e a preferência da procura turística: Litoral versus Interior" *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, Nº 4, INE/APDR, Lisboa, pp: 57/73
- I.N.E. (2002) *Estatísticas de Turismo*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- I.N.E. (2003) *Anuário Estatístico Região Centro*, Instituto Nacional de Estatística
- Jacinto, Paulo e Ribeiro, Manuela (2001) *O Turismo Activo como Oportunidade para o Desenvolvimento de Iniciativas Empresariais em Zonas Rurais: uma Análise Exploratória a partir da região do Douro*, 1º Congresso de Estudos Rurais Ambiente e Usos do Território, 16 a 18 Setembro, 2001, UTAD, Vila Real (http://home.utad.pt/~des/acervo_des/2001ribmanmturact22.pdf)
- Kozak, Metin (2003) "Measuring Comparative Destination Performance: A Study in Spain and Turkey", *Journal of Travel & Tourism Marketing*, Volume 13, Howarth Press, pp:83-110
- Neoturis-Consultoria em Turismo (2005) *Análise de Benchmarking Madeira, Canárias e Mercados Concorrentes relativamente às brochuras dos operadores turísticos*. (<http://www.madeiratourism.org/pls/wsm/docs/F7009/Microsoft%20PowerPoint%20-%20Resumo%20Analise%20de%20Benchmarking.pdf>)
- Ritchie, J.R.Brent e Geoffrey I. Crouch (2003) *The Competitive Destination. A sustainable tourism perspective*. U.K., CabiPublishing.

NORMAS PARA OS ARTIGOS A SUBMETER À REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

A. NORMAS RESPEITANTES À ACEITAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

1. Só serão aceites para avaliação artigos que nunca tenham sido publicados em nenhum suporte (outra revista ou livro, incluindo livros de Actas). A única excepção admissível é ter sido divulgada uma versão anterior do artigo submetido em séries do tipo “working papers” (electrónicas ou em papel).
2. Ao enviar uma proposta de artigo para a Revista, os autores devem renunciar explicitamente a submetê-la para publicação a qualquer outra revista ou livro até à conclusão do processo de avaliação. Para o efeito deverão sempre enviar, juntamente com o artigo que submetem, uma declaração assinada neste sentido. No caso de recusa do artigo pela Direcção Editorial, os autores ficarão livres para o publicar noutra parte.
3. Os artigos submetidos à Direcção Editorial para publicação serão sempre avaliados (anonimamente) por dois especialistas na área convidados para o efeito pela Direcção Editorial. Os dois avaliadores farão os comentários que entenderem ao artigo e classificá-lo-ão de acordo com critérios definidos pela Direcção Editorial. Os critérios de avaliação procurarão reflectir a originalidade, a consistência, a legibilidade e a correcção formal do artigo. No prazo máximo de 10 semanas após a submissão do artigo, os seus autores serão contactados pela Direcção Editorial

do resultado da avaliação feita. O processo de avaliação tem três desenlaces possíveis:

- (1) o artigo é admitido para publicação tal como está (ou com meras alterações de pormenor) e é inserido no plano editorial da revista. Neste caso, a data previsível de publicação será de imediato comunicada aos autores.
- (2) o artigo é considerado aceitável mas sob condição de serem efectuadas alterações significativas na sua forma ou nos seus conteúdos. Neste caso, os autores disporão de um máximo de 6 semanas para, se quiserem, procederem aos ajustamentos propostos e para voltarem a submeter o artigo, iniciando-se, após a recepção da versão corrigida, um novo processo de avaliação.
- (3) o artigo é recusado.

As decisões que a Direcção Editorial tomar com base nos pareceres recolhidos são soberanas e inapeláveis para qualquer outro órgão.

4. Assim que esteja feito o trabalho de formatação gráfica prévio à publicação do artigo na revista, serão enviadas ao autor as respectivas provas tipográficas para revisão. As eventuais correcções que este quiser fazer terão de ser devolvidas à Direcção Editorial no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da sua recepção.

5. Ao autor ou a cada um dos co-autores de cada artigo aceite será oferecido um exemplar do número da Revista em que o artigo foi publicado e cinco separatas do artigo.
 6. Os originais, depois de formatados de acordo com as presentes normas, não poderão exceder as 30 páginas, incluindo a página de título, a página de resumo, as notas, os quadros, gráficos e mapas e as referências bibliográficas. Serão liminarmente recusados todos os artigos que ultrapassem este limite.
 7. As propostas de artigo deverão ser enviadas, pelo correio, para o Secretariado Técnico da Revista: APDR - Apartado 3060, 3001-401 COIMBRA - PORTUGAL. Para informações ou para a comunicação posterior os contactos do Secretariado Técnico são os seguintes: telefone: 239 820 938, fax: 239 820 750, e-mail: rper@ine.pt.
- B. NORMAS RESPEITANTES À ESTRUTURA DOS ARTIGOS**
8. Os autores deverão enviar o artigo completo (conforme os pontos seguintes) em disquette, CD-Rom ou por e-mail para o endereço que consta no ponto 7.
 9. Os textos deverão ser processados em *Microsoft Word for Windows* (versão 97 ou posterior). O texto deverá ser integralmente a preto e branco.
 10. Na publicação os gráficos, mapas, diagramas, etc. serão designados por “figuras” e as tabelas por “quadros”. Admite-se, nas figuras e nos quadros, a utilização de escalas de uma segunda cor (ex: laranja).
 11. As eventuais figuras e quadros deverão ser disponibilizados de duas formas distintas: por um lado devem ser colocados no texto, com o aspecto pretendido pelos autores. Para além disso, deverão ser disponibilizados em ficheiros separados: os quadros, tabelas e gráficos serão entregues em *Microsoft Excel for Windows*, versão 97 ou posterior (no caso dos gráficos deverá ser enviado tanto o gráfico final como toda a série de dados que lhe está na origem, de preferência no mesmo ficheiro e um por *worksheet*); para os mapas deverá usar-se um formato vectorial em *Corel Draw* (versão 9 ou posterior)
 12. As expressões matemáticas deverão ser tão simples quanto possível. Serão apresentadas numa linha (entre duas marcas de parágrafo) e numeradas sequencialmente na margem direita com numeração entre parêntesis curvos. A aplicação para a construção das expressões deverá ser ou o *Equation Editor (Microsoft)* ou o *MathType*.
 13. Salvo casos excepcionais, que exigem justificação adequada a submeter à Direcção Editorial, o número máximo de co-autores das propostas de artigo é três.
 14. O texto deve ser processado em página A4, com utilização do tipo de letra *Times New Roman* 12, a um espaço e meio, com um espaço após parágrafo de 6 pt. As margens superior, inferior, esquerda e direita devem ter 2,5 cm.
 15. A primeira página conterá exclusivamente o título do artigo, bem como o nome, morada, telefone, fax e e-mail do autor, com indicação das funções exercidas e da instituição a que pertence. No caso de vários autores deverá aí indicar-se qual o contacto para toda a correspondência da Revista.

16. A segunda página conterá unicamente o título e dois resumos do artigo, um em português e outro inglês, com um máximo de 800 caracteres cada, seguidos de um parágrafo com indicação, em português e inglês, de palavras-chave até ao limite de 8 em cada língua. Os dois resumos são obrigatórios.

17. Na terceira página começará o texto do artigo, sendo as suas eventuais secções ou capítulos numerados sequencialmente utilizando apenas algarismos (não deverão utilizar-se nem letras nem numeração romana).

18. Cada uma das figuras e quadros deverá conter uma indicação clara da fonte e ser, tanto quanto possível, compreensível sem ser necessário recorrer ao texto. Todos deverão ter um título e, se aplicável, uma legenda descritiva.

19. A forma final das figuras e quadros será da responsabilidade da Direcção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

C. NORMAS RESPEITANTES ÀS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

20. A “Bibliografia” a apresentar no final de cada artigo deverá conter exclusivamente as citações e referências bibliográficas efectivamente feitas no texto.

21. Salvo em circunstâncias excepcionais, que deverão ser aduzidas pelos autores e sujeitas a decisão da Direcção Editorial, o número máximo permitido de referências bibliográficas é 25.

22. Para garantir o anonimato dos artigos, o número máximo de citações de obras do autor do artigo (ou de cada um dos seus co-autores) é três e não são permitidas expressões que possam

denunciar a autoria tais como, por exemplo, “conforme afirmámos em trabalhos anteriores (cfr. Beterraba (1998: 3))”.

23. Os autores citados ao longo do texto serão indicados pelo apelido seguido, entre parêntesis curvos, do ano da publicação, de “:” e da(s) página(s) em que se encontra a citação. Por exemplo: ao citar-se “Batata (1973: 390-93)”: está-se a referir a obra escrita em 1973 pelo autor “Batata”, nas páginas 390 a 393. Deverá usar-se “Batata (1973: 390-93)” e não “BATATA (1973: 390-93)”. No caso de uma mera referenciação do autor bastará indicar “Batata (1973)”.

24. No caso de o mesmo autor ter mais de um trabalho do mesmo ano citado no artigo, indicar-se-á a ordem da citação, por exemplo: Nabo (1983a: 240) e Nabo (1983b: 232).

25. As referências bibliográficas serão listadas por ordem alfabética dos apelidos dos respectivos autores no fim do manuscrito. O nome será seguido do ano da obra entre parêntesis, e da descrição conforme com a seguinte regra geral:

MONOGRAFIAS:

Cenoura, Hermenegildo (1997a), *A Teoria dos Legumes*, Alcarraques, Editora da Horta

COLECTÂNEAS:

Galega, Couve (1992), “Herbicidas e estrumes” in Feijão, Brunilde (coord), *Teoria e Prática Hortícola*, Mem Martins, Quintal Editora, pp. 222-244

ARTIGOS DE REVISTA:

Nabiça, Brites (1999), “Leguminosas Gostosas” in *Revista Agrícola*, Vol. 32, nº 3, pp. 234-275

26. A forma final das referências bibliográficas será da responsabilidade da Direcção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.